

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Tribuna da Imprensa* Class.: 1277

Data: 05.12.90

Pg.: _____

Cartas



Dias atrás, assistindo à televisão, tamanha foi minha surpresa e indignação ao deparar-me com a propaganda do governo Moreira Franco, na qual, entre outras façanhas, afirmava ter demarcado e garantido as terras dos índios guaranis, no Sertão do Bracuí, município de Angra dos Reis.

Sou indigenista e dedicada à causa indígena no Brasil há 22 anos. Em 1981, idealizei um trabalho com os Guarani do Bracuí, apresentado em projeto e conduzido pelo Comitê de Apoio e Defesa dos Indígenas do Rio de Janeiro - Cadirj - entidade civil fundada por mim e alguns companheiros solidários à causa indígena. Nossas atividades abarcaram os setores de saúde, agricultura, e, prioritariamente, a garantia das terras habitadas pelos Guarani. Na ocasião, a Funai sequer sabia da existência desses índios. Diversos encaminhamentos do Cadirj àquele órgão, e várias idas à Brasília na companhia dos líderes Karai Tataendê e seu filho Aparício R'Okadju, resultaram na identificação da área pela Funai e delimitação da mesma em 700 hectares. Em novembro de 83 fomos recebidos no Palácio Guanahara pelo então vice-governador Darcy Ribeiro e o secretário de Justiça e Interior, Vivaldo Barbosa. Estabelecia-se o primeiro de uma série de contatos com o Governo Estadual, que posteriormente culminou em um decreto assinado em novembro de 86 pelo governador Leonel Brizola, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de 700 hectares delimitada pela Funai e indispensável à sobrevivência física e cultural dos Guarani. Muitas outras iniciativas se sucederam, a exemplo de atividades culturais divulgando a presente causa: um abaixo assinado pela demarcação das terras, a moção de apoio endossada pela maioria dos parlamentares do Estado e publicada em Diário Oficial, etc. Não faltaram também os acontecimentos desagradáveis, marcados pelas tentativas dos grileiros em expulsar os índios da região, quando chegaram a derrubar com trator a casa de uma família Guarani. Com frequência fomos ameaçados de morte. Nesse período de tensões, o cacique Karai Tataendê morre atropelado na estrada Rio-Santos, nas imediações da reserva que sempre quis ver um dia demarcada. Seu filho mais velho, Aparício R'Okadju, assume a liderança dando continuidade a luta pela demarcação das terras.

Em abril de 87, retomam-se os contatos entre a Funai e o Governo do Estado agora sob a gestão do governador Wellington Moreira Franco. Em maio de 88 é assinado um convênio entre a Funai e o Governo Estadual, pelo qual se definem responsabilidades entre ambas as partes, no tocante à regularização fundiária da reserva indígena Bracuí. Ficou estabelecido que a Funai repassaria os recursos financeiros ao Estado, possibilitando ao mesmo providenciar as devidas indenizações dos títulos de propriedade incidentes na área da reserva. Quanto ao Estado, além de proceder a desapropriação das terras, ainda se incumbiria de realizar a demarcação da área. Prontamente os recursos foram repassados pela Funai - à época, o montante de Cr\$ 29.401.333,64 - mas, após muita burocracia e demoras, o Governo do Estado se declara juridicamente incapaz de continuar movendo a ação desapropriatória das terras, remetendo o processo para a 17.ª Vara Federal. As razões apresentadas pelo procurador do Estado, José Alberto Keds, consubstanciadas na decisão do juiz da Comarca de Angra dos Reis, Nicolau Cassiano, ao nosso ver deixam dúvidas que foram amplamente abordadas pelo Cadirj, através de um minucioso dossiê que encaminhamos em junho de 89 à Procuradoria Geral da República e à Fundação Nacional do Índio.

Até hoje a demarcação não foi concluída e os índios continuam à merce de ameaças, segundo informações, pela Empresa Mercantil Internacional, interessada em criar cavalos de raça na região, utilizando as águas do córrego Imbu, que abastece a aldeia.

Há quem pense não ter a menor importância a existência de uma reserva indígena no Estado do Rio de Janeiro: Enganam-se!! Posso parecer profético, mas, no dia em que os índios deixarem de existir, junto com as matas, rios e os animais, não haverá mais sentido para a vida humana neste planeta, pois o mesmo já estará irremediavelmente condenado. E isto, infelizmente, não está longe de acontecer, caso a mentalidade gananciosa e destruidora do Ser Humano permaneça inalterável. Pela situação atual dos Guarani do Estado do Rio de Janeiro - centro cultural do país - podemos deduzir e imaginar o que acontece com os demais povos indígenas e o meio-ambiente por esse Brasil afora.

Recuso-me a acreditar que durante os nove anos dedicados a esta causa, tenhamos apenas nadado, nadado, para morrer na praia. Nossa meta permanece firme, ou seja, transformar a utopia em realidade.

Finda-se o governo Moreira Franco e os 180 Índios Guarani, juntamente com os líderes Aparício R'Okadju e João Veramirim, continuam sobrevivendo à base de promessas e ameaças. Enquanto isso, na propaganda milionária da telinha, tudo está resolvido e garantido! Indignado desligo o aparelho.

Luiz Filipe de Figueiredo